

# REAJUSTE SEM GARANTIA

**FHC culpa crescimento da folha pelo déficit**

Na entrevista coletiva de ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso responsabilizou o crescimento da folha salarial do governo pelo déficit público e não quis se comprometer com o pagamento de reajuste ao funcionalismo em janeiro. Ele afirmou que o funcionalismo federal teve ganho real de 17% no ano passado, mas não explicou como o governo chegou a esse número. "Já temos uma política de recomposição de salários e o ganho real foi esse", disse o presidente. Fernando Henrique confirmou que o salário mínimo será reajustado em maio, mas não mencionou números.

Os gastos com pessoal cresceram de R\$ 28,4 bilhões em 1994 para R\$ 36 bilhões no ano passado e, segundo o presidente, pesaram mais que os juros no desequilíbrio das contas do governo. "Não adianta ficar dando aumento, se quem vai pagar depois é o povo", afirmou. Para ele, "houve um desequilíbrio das contas públicas às custas do funcionalismo" e o governo vai "fazer o possível para adequar a situação".

"O governo não está lan-

çando mão de política salarial para conter o déficit público", disse Fernando Henrique. "O salário mínimo foi reajustado no ano passado e foi o maior reajuste da história, estável." O presidente disse que não sabe o que vai acontecer daqui até maio, data do reajuste do mínimo, e que "não adianta dar aumento que depois não dê capacidade de compra". Para ele "a nova regra deve ser pagar o melhor possível e que seja possível pagar".

Sobre o reajuste do funcionalismo público federal, que normalmente ocorre em janeiro, o presidente Fernando Henrique disse que "aí depende de condições: poder pagar ou não poder pagar". E acrescentou: "Eu não tenho ainda as informações para poder dizer se é isso ou é aquilo, quanto é que vai ser, se vale a pena corrigir por exemplo por etapas, os que estão injustos com relação ao mercado, corrigir a esses e não aqueles."

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que, ao estudar se concede ou não reajuste ao funcionalismo público federal, pretende não repetir "a mentalidade inflacionária".

